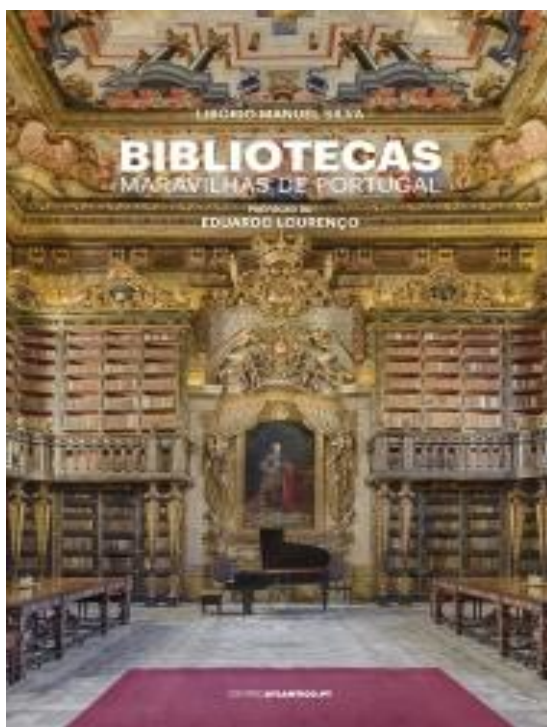


BIBLIOTECAS E EDUCAÇÃO

BIBLIOTECAS, INCLUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL

11007



Apresentação do tema; principais conceitos

“As bibliotecas foram criadas pela sociedade e as bibliotecas são conservadas pela sociedade.”

Esta afirmação, apresentada por um estudioso do papel das bibliotecas públicas, expressa bem a forte dimensão social das bibliotecas. De facto, as bibliotecas – e podemos alargar esta noção, em sentido lato, aos centros de documentação – existem para serem usadas pela sociedade. Como se verificou no Tema 1, as origens, o desenvolvimento, os objetivos e os serviços

das bibliotecas estão articulados com um determinado conceito de sociedade - a sociedade ocidental em que vivemos.

Esta dimensão tem vindo a ser desenvolvida dentro da perspetiva de que na medida em que as bibliotecas educam e informam, estando ao serviço dos indivíduos e da sociedade, podem tornar o indivíduo num “melhor cidadão”. Esta ideia, que pode ser considerada utópica, tem de facto alicerces fortes na realidade e tem sido objeto de estudo em várias vertentes. Tanto no caso das bibliotecas públicas como no das bibliotecas escolares, na verdade estamos perante recursos que desempenham um papel essencial no acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento da cidadania.

Quando pensamos nestas questões, devemos refletir sobre as implicações deste entendimento sobre as bibliotecas, em particular no que se refere a quem trabalhe nesta área – direta ou indiretamente. O entendimento da biblioteca – em particular a BP e a BE - como organização e instituição social, e com responsabilidades sociais, confere aos organismos que as tutelam (centrais e locais: Câmaras, Escolas, outros organismos) uma responsabilidade acrescida e aos profissionais que trabalham nesses espaços (bibliotecários, técnicos, etc...) a consciência forte da sua função social.

Esta afirmação significa que não estamos perante uma profissão “neutra” mas sim perante uma profissão (ou leque de profissões, dependendo do contexto específico) que apresenta um forte envolvimento no contexto social em que se está inserido, não se podendo estar alheio ao ambiente que nos rodeia. Há, portanto, uma “consciência social” que acaba por ser inerente à função/profissão, tendo presente, desde logo, os aspetos presentes nos vários documentos que foram analisados no tema 1.

Este aspeto particular da responsabilidade profissional é desenvolvido por Sueli Angelica do Amaral, num artigo publicado em 1995 e onde reflete sobre a realidade sul-americana, mas com importantes contributos também para a nossa sociedade:

Os bibliotecários nos países do Terceiro Mundo necessitam desenvolver um senso crítico em relação à política de informação, principalmente no que se refere à questão da transferência da informação. Não podem ficar omissos, nem alienados, absorvendo informações de modo passivo.

Precisam desenvolver suas ideias e percepções, questionando o assunto, uma vez que são parte ativa desse processo. É necessário que esses profissionais lutem para efetivar sua participação, colaborando na elaboração e disseminação de critérios de seletividade para determinar quais as informações que, condizentes com as peculiaridades e necessidades do país, assegurem o progresso científico e tecnológico, contribuindo para a solução dos problemas nacionais. Isso não significa fechar fronteiras à transferência, e sim estruturar um esquema de seleção efetivo que permita o compartilhamento da informação e crie sistemas eficazes e participantes para sua difusão.

Os aspectos referidos acarretam a necessidade de uma reflexão sobre o papel das bibliotecas na sociedade atual e a verificação do que, na prática, se está efetivamente a fazer para cumprir essa função. Vários estudos abordam exatamente os aspectos que possibilitam à biblioteca pública encontrar o seu caminho como uma instituição eficiente na formação da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Que a Biblioteca seja, afinal uma “casa” aberta para a cidadania, a cultura e a inclusão, “caminho” essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Definição de conceitos

Os aspectos propostos para este tema exigem que pensemos também em alguns conceitos, nomeadamente o conceito de cultura e o de inclusão/exclusão.

1) Conceito de cultura

O termo cultura pode assumir vários significados. Em sentido restrito remete para o termo erudição, isto é, os gostos e os modos refinados, como forma

“superior” de conhecimento. No contexto das bibliotecas, não interessa este significado, embora o senso comum por vezes aponte para ele. Não podemos esquecer que a biblioteca é para todos, portanto o acesso à cultura e ao conhecimento deverá estar direcionado para qualquer cidadão.

O conceito de cultura que nos interessa é o das ciências sociais. Esse sentido, mais amplo, remete para a cultura como conjunto de bens acumulados, materiais e imateriais, que a sociedade herda, usa, produz, aumenta e transmite. São estes bens que cabe à biblioteca (pública, escolar, especializada) e o centro de documentação preservar, favorecendo sentimentos de pertença mas também o conhecimento de outras realidades. Neste sentido, as bibliotecas, sobretudo BP e BE, desempenham um papel cívico importante. Elas são também um património da comunidade, devendo estar ao seu serviço.

2) Conceito de inclusão/exclusão

Em diversos momentos referimos a importância das bibliotecas como fatores culturais importantes para o desenvolvimento da sociedade. É neste âmbito que importa realizar um breve apontamento sobre o conceito de exclusão. De facto, atualmente este conceito é entendido em sentido amplo, indo mais além do que as questões meramente económicas.

O conceito de exclusão social remete assim para os mecanismos através dos quais as pessoas e os grupos são despojados de uma participação social efetiva, sendo um processo que exclui uma parte da população de desfrutar das oportunidades económicas e sociais. É um processo que exclui dos mercados – exclusão económica – mas também que exclui das instituições sociais e culturais. Neste sentido, apesar do acesso à informação e à cultura ser um direito de todos os cidadãos, sabemos que na prática isso não acontece, com a existência de grupos que estão marginalizados desses processos de cidadania. A desinformação afeta essencialmente os grupos

menos favorecidos, influenciando negativamente o processo de desenvolvimento da cidadania.

É neste contexto que as bibliotecas – pública e escolar –, sendo sistemas abertos e gratuitos, desempenham uma função central, ao permitir a todos e a qualquer um o acesso sem restrições a valores educativos e culturais. Como refere Fortunato Contreras¹, “Las bibliotecas públicas conceptualmente están orientados para servir a las sociedades a través de la democratización de la información, el ocio el acceso al conocimiento, la cultura, etc. La biblioteca es un espacio dinamizador de la sociedad y de promoción de la igualdad de oportunidades.”

O mesmo autor prossegue apontando que as bibliotecas são importantes espaços públicos de carácter cívico. Já não são meros depósitos passivos de livros e de informação, mas uma parte ativa da sociedade e agentes da mudança. Proporcionam um acesso igualitário à informação e a elementos culturais, devendo ser instrumentos de desenvolvimento e de integração, ao serviço de toda a comunidade. Neste aspeto, cabe recordar os textos orientadores já lidos no tema 1 (nomeadamente o manifesto da IFLA/UNESCO) que sublinham bastante estas dimensões.

Estes aspetos são também explorados num livro de Bob Usherwood, *A biblioteca pública como conhecimento público*, que está traduzido em português (pela Editorial Caminho). Embora tenha sido escrito na década de 80, muitos aspetos da sua reflexão permanecem bastante atuais, pelo que incluimos um excerto para leitura (pp. 33-42, texto com supressões).

Bibliotecas e oportunidades na vida

Analisando o contexto social da biblioteca pública em 1971, Jack Murison pôde falar de «uma comunidade de iguais "em termos sociais», salientando ao mesmo tempo «o decréscimo das diferenças sociais entre aquilo que foram outrora classes económicas

claramente definidas». Escrevendo no final de 1987, tenho à mão uma notícia de jornal sobre um estudo actual, que indica que «nos últimos dez anos... tem havido uma evolução constante no sentido de uma maior desigualdade». Tal estudo realça «o intensificar de disparidades em termos dos níveis de pagamento bruto» e o crescente fosso entre o Norte e o Sul do país. Sugere que «mais de um terço da população britânica ficou à margem do recente aumento de prosperidade».

A desigualdade não é apenas uma questão de capacidades e aptidões individuais; é um facto social. As oportunidades que qualquer indivíduo tem na vida, as suas capacidades, são, em maior ou menor grau, o resultado do lugar que esse indivíduo ocupa na sociedade. A ideia de igualdade tem desempenhado um papel significativo no desenvolvimento dos serviços públicos. Para citar Heald: «Os defensores do Estado-providência têm argumentado que os padrões de desigualdade económica e social, gerados pela interacção entre as posições de partida desiguais e o processo de trocas de mercado, limitam injustamente as oportunidades na vida de certos indivíduos e classes.»

Reconheceu-se que as políticas e instituições públicas como as bibliotecas públicas têm um papel a desempenhar na superação dessas desigualdades. Como Luckham e outros demonstraram, durante o século XIX as bibliotecas públicas foram encaradas como parte do processo pelo qual o conhecimento e a informação podiam ser redistribuídos em prol dos desfavorecidos em termos educacionais. «Nos Estados Unidos, a igualdade social foi um dos objectivos das primeiras bibliotecas públicas. Na Grã-Bretanha, as bibliotecas foram um esforço no sentido de reduzir as diferenças sociais, dando às classes trabalhadoras as mesmas condições de que desfrutavam os membros mais ricos da sociedade.»

A biblioteca pública faz, ou fez, parte do consenso, agora em desuso, de que existem bens e serviços cujo acesso não deveria depender da capacidade de pagar de cada um. Conforme escreve Pahl, «um dos elementos da ideologia do Estado-providência como tipo de sociedade era que a necessidade deveria ser um critério mais importante do que a riqueza para determinar o acesso às instalações e serviços». As bibliotecas públicas são potencialmente um meio de estabelecer uma certa igualdade no acesso e

uma certa redistribuição da riqueza de informação. Tal acesso é importante porque as capacidades de informação, leitura e literacia são fundamentais para as oportunidades na vida. Como diz o relatório Lacy: «O grau de liberdade e igualdade de acesso dos cidadãos ao conhecimento determina o grau de liberdade e igualdade com que podem partilhar a governação da nossa sociedade e o trabalho e recompensas da nossa economia.» Além disso, «os que têm baixa instrução, más condições de habitação e mais baixo estatuto... são os menos aptos a influenciar os vários tipos de burocracia que pesam sobre a sua vida» 8. Muitos dirão até que tal privação é tanto fruto da falta de informação como da falta de acesso a instalações e serviços.

Claro que a maioria das pessoas tem algum tipo de acesso à informação através dos órgãos e comunicação social, mas muitos comentadores sociais encaram-nos como fazendo parte dos principais agentes de legitimação das desigualdades na sociedade britânica. Ralph Miliband, por exemplo, afirma que os órgãos de comunicação social «são, a um tempo, a expressão de um sistema de dominação e um meio de o reforçar».

(...)

Na actual indústria das comunicações, pouco há que sugira que as coisas são agora muito diferentes. Continuam a ser as ideias da classe dominante aquelas que são mais amplamente difundidas. Além disso, vemos aumentar a liberdade das empresas, por exemplo, através da desregulamentação, para manipular os órgãos de comunicação social de acordo com os seus próprios fins.

(...)

Mesmo os que afirmam que os cidadãos de hoje estão mais bem informados que os seus antecessores e que a capacidade para fazer avaliações políticas inteligentes está porventura mais equitativamente distribuída do que no passado, admitem que «mais equitativo não significa igual, e continua a ser um facto que os recursos da comunicação política... continuam a ser distribuídos de um modo que favorece grandemente as pessoas com posses e privilégios». De acordo com um comentador, nessa situação «o verdadeiro trabalho de aprofundar e disciplinar o espírito das pessoas com menos instrução tem, em larga medida, de caber à biblioteca pública» ".

Outro aspeto abordado por Bob Usherwood diz respeito à leitura:

Não há dúvida de que as capacidades de leitura e de literacia têm uma relação com a classe social. Como Clegg relatava no início da década de 1970, «Existe uma clara associação entre a classe social e a capacidade de leitura; o filho de um trabalhador manual não qualificado tem seis vezes mais hipóteses de vir a ser um leitor medíocre do que o filho de um trabalhador qualificado.» (...) Dar acesso aos livros aumenta a experiência educativa da criança. Como demonstraram a experiência da inundação de livros em Bradford e o Calderdale Pre-School Parent Book Project, quando há livros acessíveis as crianças leem mais e começam a ler mais cedo.

Para a classe trabalhadora, os livros são «cordas com as quais nos içamos pelas ladeiras, os guias que nos conduzem a um mundo interessado em ideias». Para o jovem Richard Hoggart, «havia duas maneiras de obter livros, pedi-los emprestados na biblioteca pública ou comprá-los nas lojas de segunda mão — por uma ninharia... podíamos ir às livrarias comprar livros novos do mesmo modo que podíamos ir almoçar ao Hotel Ritz...; como não tínhamos nem dinheiro nem estilo para isso, não fazíamos uma coisa nem outra». Significa isto que, para muita gente, se não existir um fornecimento colectivo não há alternativa realista.

Isto será ainda mais verdadeiro na era do cabo e do computador. Há alguns anos, escrevi que os pobres em informação recebem as «migalhas do cabo dos ricos». Trevor Haywood, na intervenção que preparou para a Conferência da IFLA de 1987, exprimiu a mesma ideia, com muito mais elegância, afirmando que «sem a nossa tomada de partido e a ajuda enérgicas, os utilizadores sem fins lucrativos de todo o mundo serão deixados à soleira das casas electrónicas, enquanto no interior das mesmas uma geração de aristocratas hi-tech se ligarão em linha e fecharão as persianas».

Não é possível explicar exhaustivamente a desigualdade de acesso à informação e às ideias sem fazermos referência à sua relação com as dimensões primárias da desigualdade: os padrões de classe e poder. Faz parte de uma questão muito mais

vasta. As bibliotecas têm um papel a desempenhar; uma publicação americana afirma que «uma das chaves para a igualdade de oportunidades reside na biblioteca pública». Mas, como nos recorda Tawney, «estamos a enganar-nos a nós próprios se pensarmos que podemos igualizar a distribuição social de oportunidades na vida através da expansão das oportunidades educativas enquanto houver milhões de crianças a viver em pardieiros, sem instalações sanitárias satisfatórias, instalações de lazer, espaço para explorar e espaço para sonhar». As bibliotecas podem desenvolver as oportunidades educativas, podem fornecer instalações de lazer e até espaço para sonhar, mas só podem realmente ter êxito se inseridas num movimento mais vasto que se empenhe em reduzir as desigualdades estruturais da sociedade britânica. Tal movimento exigirá empenhamento profissional e político.

Sugestão para orientação do estudo individual:
elabore uma ficha de leitura com as ideias-chave do texto.

ⁱ Cf. Fortunato Contreras, Bibliotecas públicas: espacios de inclusión social. Disponível em <http://eprints.rclis.org/archive/00005309/>

Bom trabalho!
Ana Nobre